

Centrão deve divulgar hoje proposta de emenda ao projeto constitucional

Da Sucursal de Brasília



Aureliano Chaves, ministro das Minas e Energia (sentado à esq.), entrega proposta de emenda a Ulysses Guimarães

A cúpula do Centrão não conseguiu ainda terminar o trabalho de revisão das propostas para mudanças no projeto de Constituição aprovado pela Comissão de Sistematização, mas os líderes do grupo começaram a se preparar ontem para assegurar a vitória, em plenário, de suas emendas. As propostas, segundo o deputado Daso Coimbra (PMDB-RJ), um dos líderes do grupo, serão divulgadas hoje.

Os deputados Luís Eduardo Magalhães (PFL-BA) e Basílio Villani (PMDB-PR) começaram a coletar ontem assinaturas dos integrantes do Centrão, em vários formulários em branco. O primeiro formulário é para as propostas de mudanças em todo o capítulo do projeto de Constituição, para o qual são necessárias 280 assinaturas; o segundo, para assegurar a discussão e votação de destaques, mesmo que rejeitados pelo plenário, com 187 assinaturas; e o terceiro, sem número definido de assinaturas, para os pedidos de destaques avulsos. As assinaturas são exigidas pelo novo regimento interno do Congresso constituinte, aprovado antontem pelo plenário.

A divulgação das propostas do Centrão vem sendo adiada desde segunda-feira. Para o deputado Daso Coimbra, isso ocorreu porque muitos parlamentares que sugeriram emendas quiseram certificar-se de que suas propostas estavam sendo incluídas pela cúpula do Centrão. O atraso, segundo apurou a Folha, deveu-se também a desentendimentos entre os integrantes do Centrão, e forçou revisão em todo o trabalho. O líder do governo na Câmara, Carlos Sant'Anna (PMDB-BA), por exemplo, recusou o texto sobre a saúde por considerá-lo excessivamente "privatizante"; o trabalho de Roberto Campos (PDS-MT) no capítulo "Da Ordem Econômica" sofreu restrições. O prazo para a apresentação de emendas vai até o dia 13. Nesse período, o Centrão tem de entregar o trabalho à Mesa do Congresso constituinte, com 280 assinaturas para cada título ou capítulo do projeto



Texto de Aureliano rejeita monopólio da Petrobrás

Da Sucursal de Brasília

O ministro das Minas e Energia, Aureliano Chaves, 57, entregou no final da manhã de ontem ao presidente do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (PMDB-SP), 15 emendas ao projeto de Constituição da Comissão de Sistematização, todas versando sobre as questões energética, petrolífera e de exploração mineral. Aureliano foi o único ministro de Estado a oferecer emendas. Os outros se limitaram a fazer sugestões para a Carta.

As emendas entregues pelo ministro foram elaboradas por sua assessoria. Aureliano tem especial interesse em derrubar o item do projeto que concedeu à Petrobrás o monopólio na distribuição do petróleo no país, com possibilidade de exploração da atividade somente por empresas nacionais. Conforme emenda do ministro, devem ser "ressalvadas" neste caso as empresas de países nos quais o Brasil exerça semelhante atividade.

Segundo o deputado Ulysses Gui-

maras, 71, há uma consciência "ampla, geral e majoritária" no Congresso constituinte aberta a "estas ponderações". O senador Mário Covas (PMDB-SP) —que esteve no encontro entre o ministro e Ulysses— afirmou que a "nacionalização total do petróleo neste instante traria efeitos mais negativos do que positivos". Ele afirmou que o tema deverá sofrer uma mudança substancial em plenário. Além de Covas, participaram do encontro outros líderes partidários e presidentes de estatais.

Waldir desiste de pedir apoio para sistema

ROBERTO LOPES

Enviado especial a Salvador

O governador da Bahia, Waldir Pires (PMDB), 61, não vai mais tentar convencer os governadores do Rio, Wellington Moreira Franco, e de Pernambuco, Miguel Arraes, a aderirem ao parlamentarismo. Uma tentativa feita por Waldir, nesse sentido, durante o último encontro dos três, no dia 31 em Salvador (BA), fracassou. "Senti que eles não consideram isso (parlamentarismo) importante", disse o governador baiano à Folha, no princípio da noite de antontem.

Waldir, Moreira e Arraes são os três governadores que articulam ostensivamente o encurtamento do mandato do presidente José Sarney para quatro anos —como já ficou definido, aliás, pela Comissão de Sistematização do Congresso constituinte. No princípio da semana, durante um telefonema para um político importante do PMDB da Bahia, o ministro da Habitação, Urbanismo e Meio ambiente, Prisco Viana —um dos principais conselheiros políticos de Sarney—, classificou o fim da resistência do governador de São Paulo, Orestes Quercia, à tese dos quatro anos como um "golpe" para o governo.

Nessa conversa, Prisco admitiu que o reposicionamento de Quercia —que até poucas semanas atrás defendia claramente o mandato de cinco anos para o atual presidente da República— era "um fato inesperado", que abalava o esquema preparado pelo governo para, no plenário do Congresso constituinte, tentar resgatar os cinco anos.

Apesar das últimas declarações do governador paulista (de que não ficará contra um eventual anseio popular pelos quatro anos), nem Waldir Pires, nem Miguel Arraes parecem convencidos da conversão de Orestes Quercia aos quatro anos. Antontem, o governador baiano disse que tanto ele como seu colega de Pernambuco têm "conversado muito" com o governador de São Paulo. Depois, com tom de voz francamente preocupada, Waldir completou: "A



O governador Waldir Pires, defensor dos quatro anos e do parlamentarismo.

posição de São Paulo é importantíssima".

Na noite de segunda-feira passada, Waldir Pires conversou pelo telefone com o presidente do PMDB e do Congresso constituinte, deputado Ulysses Guimarães (SP). Depois desse contato, Waldir, nas vezes em que é abordado para dizer se vai ou não à reunião dos peemedebistas "históricos" marcada para depois de amanhã, em Brasília, vem repetindo as palavras que Ulysses já disse na manhã de domingo passado, quando chegou de Nova York: "Eu não sei bem o que é essa reunião. Ainda tenho poucas informações sobre ela". Para a Folha, Waldir acrescentou que, "assim, é difícil dizer que vou".

Motivo

A verdade é que Waldir Pires teme que a reunião do dia 9 tenha sido marcada para reforçar a tese de que, para os "históricos", o melhor é abandonar o PMDB e criar um novo

partido. Essa tendência —que na primeira quinzena de dezembro era defendida por peemedebistas importantes, como os senadores paulistas Fernando Henrique Cardoso e (em menor grau) Mário Covas— já foi consideravelmente esvaziada por diversas manobras (entre elas, algumas do deputado Ulysses Guimarães e do governador Moreira Franco), mas o governador da Bahia ainda tem medo dela.

E que um segmento mais à esquerda do PMDB baiano —integrado hoje ao MUP (Movimento de Unidade Progressista) e liderado pelos deputados Domingos Leonelli e Jorge Hage— parece querer insistir na tese levantada por Cardoso, e isso ameaça decisivamente a unidade do partido na Bahia —fator absolutamente indispensável para que Waldir possa enfrentar o PFL e o ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, seu arquiinimigo político— nas eleições, e Waldir quer reverter esse quadro.

Governador continua doente, diz secretário

Da Sucursal de Salvador

O governador da Bahia, Waldir Pires, continua adoentado, vítima de uma virose adquirida no final do ano. De acordo com Tony Carmel, secretário do governador, apesar de a febre ter cedido, o governador não iria receber a imprensa ontem, porque estava indisposto e cansado.

O motivo, segundo Carmel, teria sido a ida de Waldir, antontem, para Itabuna (sul da Bahia), desobedecendo as recomendações médicas de repouso, para a posse da nova diretoria do Conselho Nacional dos Produtores de Cacaú. Na solenidade, ele afirmou que "a força deste país não está sediada no Palácio do Planalto" e que "o desafio não é entre nós (o povo) e eles. É entre nós, a partir de nós e dentro de nós".

Arraes, Waldir e Moreira Franco estão certos do apoio do governador Pedro Simon, do Rio Grande do Sul, à tese dos quatro anos para Sarney. Eles não se impressionam com o comedimento de Simon sobre o tema. Acha que a bancada do PMDB gaúcho no Congresso constituinte está firme nos quatro anos e não vai ser submetida a nenhum constrangimento para votar nos cinco anos.

Os governadores também contam com o apoio de seus colegas de Mato Grosso, Carlos Bezerra, e do Espírito Santo, Max Mauro. Eles já fizeram a avaliação de que a saída do senador pefelista Jorge Bornhausen do governo (onde ocupava o Ministério da Educação) foi ruim para a unidade dos governadores do PMDB. Isto porque Sarney nomeou para representar Santa Catarina no ministério o deputado do PMDB Luiz Henrique (que é ministro da Ciência e Tecnologia) e isso aproximou muito o governador catarinense, Pedro Ivo, do Palácio do Planalto.

Fernando Santos

Tese de professor analisa influência do lobby na mídia

Da Redação

Para o professor e jornalista Jair Borin, 44, um terço das notícias veiculadas pelos meios de comunicação eletrônicos é determinado por "uma clara influência dos grupos de pressão". A afirmação é o centro de sua tese, "A notícia e a ação dos lobbies: de rabo preso com a classe dominante", apresentada no dia 28 de dezembro, na Escola de Comunicações de Artes da USP.

Através de uma análise dos noticiários de cinco emissoras de São Paulo —rádios Eldorado, Excelsior e Globo (de ondas médias, definidas por sorteio), TV Globo e TV Manchete— Borin avaliou a participação nas notícias de autoridades e políticos, empresários, técnicos e trabalhadores. O resultado do levantamento

mostrou que, nas emissoras de rádios, as autoridades e políticos têm seis vezes mais destaque que os empresários e nove vezes mais que os trabalhadores.

Na televisão, a diferença é ainda maior: autoridades e políticos têm sete vezes mais tempo no noticiário que os empresários e nove vezes mais que os trabalhadores. Borin considera que as emissoras de rádio e televisão "são muito mais frágeis diante do lobby, dada a condição de concessão", prerrogativa do governo federal.

A tese, examinada pelos professores José Marques de Mello (presidente da banca), Ana Maria Fadul, Eduardo Matarazzo Suplicy, José de Freitas Nobre e Wilson Bueno, teve nota máxima e deve agora ser publicada em livro.

PSP a opção do povo em 88
Contra tudo isso que está aí
 Assista dia 28 às 20:30 hs
 O inimigo nº 1 dos MARAJÁS
 (011) 221-8195 / 702-5405 S.P. Consulte-se. Fale-se.

PSP VOLTA ÀS RUAS DE SÃO PAULO

O Partido Social Progressista, fundado pelo ex-governador paulista Adhemar de Barros, está de volta. O PSP espalhou mil outdoors (foto) pelo Estado anunciando seu programa de rádio e TV que vai ao ar em cadeia nacional, dia 28. Segundo Pedro Vicente Buongiorno, membro da Executiva Nacional do parti-

do, o destaque do programa será o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello (PMDB), que "é simpático ao partido". O presidente nacional do PSP é José Alcides Marronzinho de Oliveira, 43, cuja candidatura ao Congresso Constituinte, em 1986, pelo PTB, foi impugnada pelo Tribunal Superior Eleitoral.